

ATA 18

Ao décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 30 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro (RM)
- Luís Manuel Noura Grabulho (RM)
- Arnaldo Dias Andrade (RM)
- Francisco Eduardo Couto Vasques de Carvalho (RM)
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM)
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM)
- Marco Régis LaComblez Leitão (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Miguel Maria Cameira Teixeira de Vasconcelos Porto Carrero (PSD);
- Francisco José Fonseca Lima Andrade Tártaro (PSD)
- José Alberto Falcão dos Reis (BE)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM) – substituído por Luís Manuel Noura Grabulho;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Falcão Reis;
- Jorge Raúl da Purificação Rodrigues da Cunha (PS) – substituído por Manuela Amorim;
- Luís Miguel Bonifácio Osório (RM) – substituído por Francisco Tártaro;
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (RM) – substituído por Miguel Porto Carrero

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça
- 1º Secretário – Marco Régis Lacomblez Leitão
- 2ª Secretário – Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro

Presenças associativas:

- Associação de Moradores do Bairro Lordelo do Ouro;
- Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal;

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: passou a ler a ordem de trabalhos para esta sessão.

Intervenções antes da ordem do dia:

Adriana Silva, moradora da Freguesia: dirigiu-se aos serviços de Lordelo por causa do passeio do dia dos avós e perguntou a Dra Helena se ainda havia vagas. Foi-lhe comunicado que as camionetas já estavam cheias e solicitou-lhe para ligar para a Câmara, para arranjar mais camionetas. A Dra Helena respondeu que a informação estava afixada e eu respondi que não estava certo e de seguida a Dra Helena mandou-me ir apanhar Pokemondes. Gostaria de pedir a Sra Presidente da Junta, na Rua das Condominhas, quem vira para a Rua José António Almeida, a colocação de umas lombas para evitar atropelamentos.

Não houve inscrições das Associações.

Intervenções dos Partidos Políticos:

Perfeito Monteiro, (CDU): no passado dia catorze realizou-se uma reunião requerida pela CDU, com todos os líderes dos grupos políticos representados na Assembleia de Freguesia de Lordelo do Ouro e Massarelos. Esta reunião com apenas um objectivo, para tentar saber até que ponto os líderes dos grupos políticos representados consideravam ou não, se havia alguma ilegalidade no funcionamento actual da Assembleia de Freguesia. As respostas foram claras e inequívocas, por maioria os líderes entenderam que a Assembleia de Freguesia estava a funcionar sem qualquer ilegalidade, apenas a CDU e o líder da bancada do RM, entenderam que existiam ilegalidades, apesar das decisões do Tribunal. se não houver recurso a CDU respeitará a decisão do Tribunal, sem prejuízo de apontar sempre politicamente a irregularidade e responsabilidade que se cometeu.

Casimiro Calisto, (CDU): no passado dia vinte de abril colocamos uma proposta de recomendação em que foi incumbido o Sr. Presidente da Assembleia de fazer pressão ou saber, para que na auditoria as contas de Massarelos aparecessem o mais rápido possível. Outra questão foi um pedido de atas feito por nós, em dezasseis e vinte e três de setembro e em dezasseis de dezembro, que até a data ainda não chegaram. Outras questões prendem com problemas da freguesia:

- Marginal, gostaria de saber se a Junta está a acompanhar a renovação que é da responsabilidade da APDL; quem está muito ligado a Lordelo, a zona do Ouro é que pode colocar a Fonte do Ouro naquela posição, pois quem vem da Foz só é visível as costas;

- Arruamentos, em junho a CDU e acompanhados por moradores foi feita uma visita a Rua de Serralves e passado uns dias uma das varandas caiu. A Junta dentro das suas possibilidades deve manifestar junto da Câmara para avance;

- Rua do Gólgota, que faz ligação do Campo Alegre a zona de saída da cidade, com tampas completamente levantadas;
- Rua das Mascarenhas, junto às cascatas de Lordelo existe um abatimento e gostaria de saber se está a ser tratado;
- Rua Guerra Junqueiro, de grande circulação, junto da Av. da Boavista, junto ao Banco Cardosa, existir um eco ponto quase sempre aberto, sendo usado por uma peixaria e o cheiro é nauseabundo;
- Circulação da Rua Senhor da Boa Morte e Rua do Ouro, que não faz sentido;
- Sinalização vertical e horizontal, quem sobe a Rua Silva Morte existe uma Quinta da Murta, a chegar na Capela dos Anjos, essa rua tem uma largura exígua e os carros raspam nas paredes, por isso uma placa com indicações;
- Rua de Agramonte, espelho que ninguém colocou em prática;
- Expansões dos parómetros, ruas da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos vão ser afectadas pelo aumento, como por exemplo a Rua Calouste Gulbenkian;
- Iluminação entre a Rua Paulo da Gama e a Rua das Sobreiras, mesmo sendo privado e com bom entendimento conseguia dotar-se aquela passagem com iluminação;

Fomos surpreendidos com o convite de encerramento da Creche, pois no relatório de actividade de 2014/2015, passo a citar: "esta valência continua a ter grande procura pelos encarregados de educação, confirmando-se a sua necessidade."

Presidente da Assembleia de Freguesia, em relação ao quem foi dito pelo Sr. Perfeito vou corrigi-lo mais uma vez, conforme foi feito na reunião de líderes. Não foi o Sr. Procurador que me convocou, fui eu que pedi uma audiência ao Sr. Procurador, para esclarecimentos. Outro ponto, dos líderes que aqui estiveram presentes, nem todos votaram a favor das situações, houve dois líderes que quiseram ver o documento que nós enviamos e sobre isso iriam pronunciar-se.

Perfeito Monteiro, (CDU): Aquilo que aconteceu não altera em nada o que disse na última intervenção. Dizer que foi o Sr. Presidente que o procurou ou ele é que o procurou, não há qualquer alteração, porque aquilo que disse ao Procurador, ou aquilo que o Sr. Procurador lhe perguntou, influenciou imediatamente o processo para que ele pudesse decidir em conformidade com aquilo que o Senhor foi dizer ao Sr. Procurador.

Presidente da Assembleia de Freguesia: Sr. Perfeito, acho que o Sr. Procurador não deve ser uma pessoa que se deixe influenciar por uma conversa. Ele pediu vários documentos a esta Junta, várias gravações, várias atas e tomou a decisão de livre vontade da parte dele.

José Reis (BR): o documento do Procurador é claramente esclarecedor e claro e portanto o assunto está encerrado. O documento do Procurador vem dizer que a eleição foi feita de forma irregular, todos estamos de acordo, mas do ponto de vista democrático o resultado da eleição teria sido sempre o mesmo. Portanto se o resultado

é o mesmo, não vamos sobrevalorizar as questões procedimentais e legais. A legitimidade democrática para demitir o Senhor Eduardo Vasques de Carvalho, foi demitido com ou sem razão, democraticamente, com maioria e tem que aceitar. A eleição do novo Presidente foi feita com votos livres, esclarecidos e sem coacção por parte das pessoas, portanto o Senhor Mário Praça foi eleito democraticamente.

António Cardoso (RM): o despacho tenho de o acatar, apesar de nunca ter visto uma coisa tão caricata, em que diz que é a mais importante a estabilidade do que a legalidade. Vim a esta Assembleia porque tenho de acatar a decisão do Juiz e nas últimas Assembleias faltei, porque não considerava a mesa bem constituída e continuo a não considerar.

Presidente da Assembleia de Freguesia: Sr. António Cardoso, no ponto 2. 3 a Sra Presidente da Freguesia, foi notificada e no ponto 2.2.4. foi Mário Praça notificado para se pronunciar acerca da denúncia. Qualquer pessoa tem direito a defender-se de uma acusação. A minha ida ao Sr. Procurador foi a meu pedido.

Casimiro Calisto, (CDU): este processo não surgiu fruto da oposição foi internamente, pois acharam que as coisas não estavam bem e resolveram levantar estas questões. Em relação as decisões dos Tribunais, quantas vezes somos críticos em relação ao que o Juiz determina. Em relação ao que o TAF enviou, diz que não foram cometidas irregularidades muito graves e quanto ao resto, a legalização disto nós não nos metemos nas destituições e achamos que a eleição devia ser feita convenientemente, o resultado era o que era, porque as pessoas não iam mudar de opinião. Quanto as incumbências do Sr. Presidente da Assembleia, queria perguntar se já houve alguma diligência em relação a iniciativa na última Assembleia, de defesa da Escola Infante D. Henrique e a outra prende-se com a toponímia em Lordelo, um trecho abaixo do Ipanema Park, entre a Rua de Serralves e a Rua da Pasteleira, a placa saiu e se a Junta fazia força para ser resposta. Reforçar junto dos serviços da Câmara, para junto dos STCP para que a paragem que está na linha do eléctrico na Rua do Ouro, se é uma paragem efectiva, porque as pessoas vão ao Fluvial para apanhar o eléctrico.

Presidente da Assembleia de Freguesia: a carta com a moção sobre a Escola Infante D. Henrique aprovada na última Assembleia, foi dirigida a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção de Serviços da Região Norte, ao cuidado do Sr. José Mesquita, a solicitar uma reunião. Esta carta foi assinada pelo Presidente da Assembleia e pela Sra Presidente da Junta.

Presidente da Junta, Sofia Maia: cumprimentou toda a sala. Eng. Calisto em relação a várias questões colocadas, as quais agradeço, vou dar ponto de algumas. Em relação aos STCP, já foi feito, e penso que todos os serviços feitos pelos serviços são reencaminhados com o seu conhecimento. Maior parte destes pedidos que fez aqui, já nós tínhamos feito e dado conhecimento ao Sr. Eng., mas voltarei a insistir junto da Câmara e dos STCP. EM relação a APDL e a Fonte do Ouro, vamos ter uma reunião na próxima semana e irei colocar esta questão. Quanto ao convite para a festa do ano lectivo da Creche, aquilo não foi uma festa de encerramento por nós fecharmos o nosso equipamento, foi uma festa do ano lectivo do qual fazemos todos os anos, desde já apresento as minhas desculpas porque houve um lapso, pois não era festa de encerramento, conforme ia no email, mas sim festa do ano lectivo.

Casimiro Calisto, (CDU): uma pergunta sobre as diligências ao Dr. Mário Praça sobre as contas de Massarelos.

Presidente da Assembleia de Freguesia: Eng. Calisto, estava a confirmar com os serviços e vamos tentar saber o que se passa. Refere-se a auditoria?

Casimiro Calisto, (CDU): em abril nós aprovamos na assembleia de incumbir o Sr. Presidente de saber a situação, pois desde abril do ano passado não sabemos nada sobre o processo.

Presidente da Assembleia de Freguesia: passar a proposta de recomendação apresentada pelo PSD.

Gabriela Queiroz, PSD: cumprimentou todos os presentes e apresentou a recomendação sobre o problema do Bairro D. Leonor e propor a Junta uma sessão pública de esclarecimento com o objectivo de dar a conhecer aquilo que neste momento já for possível ser conhecido, pois era bom para as pessoas que lá vivem possam ter uma ideia, de quando e o que vai acontecer no Bairro.

Cláudia Costa, RM: em relação ao apresentado pela Dra Gabriela, o almejo trazido é na realidade uma questão premente, mas nesta altura não, pois está a decorrer um processo judicial que vai ter o seu desfecho e portanto impede-nos de alguma forma de fazer uma discussão pública com utilidade e transparência, relativamente a essa questão. Haverá uma altura para isso, mas não será este devido aos motivos apresentados.

António Cardoso, RM: cumprimentou todos os presentes. A Câmara já fez duas sessões de esclarecimento, muito concorridas pelos habitantes do Bairro D. Leonor e foram esclarecidos quanto ao processo de recurso a informação, que a Câmara, o concorrente perdeu a impugnação e portanto o Tribunal voltou a dar razão a Câmara do Porto e tenho informação que neste momento está tudo a postos para começar o processo da construção, pois a Câmara ganhou todos os processos.

Manuela Amorim, PS: sempre tive uma interacção muito direta com as pessoas do Bairro D. Leonor, fazíamos acções de animação cultural e portanto é um bairro muito importante para mim. Durante anos nas minhas visitas ao Bairro detectei que não era feita nenhuma obra, nenhuma intervenção existia e essa falta de cuidado por esse Bairro, levou a uma degradação extrema. Quando foi falado sobre a possível intervenção do bairro, fiquei radiante mas sei que o processo não tem sido fácil, imensos processos judiciais, providências cautelares e alongado o procedimento. Estou de acordo que este momento não será o mais oportuno, para a existência de uma acção dessas.

Casimiro Calisto, CDU: ouviu atentamente a Dra Manuela e Dra Cláudia e acho que por causa do que argumentaram era fundamental haver uma reunião de esclarecimento e em relação ao Bairro do Aleixo houve uma proposta do Bloco que não foi oportuno, porque há processos a decorrer. Nós eleitos da freguesia com dois bairros problemáticos, onde as pessoas vivem em condições sub-humanas. É pela razão contrária que nós vamos viabilizar esta recomendação do PSD, sem qualquer discriminação, nós estamos aqui para apoiar o esclarecimento e a rápida entrega de casas e a conclusão dos empreendimentos.

Presidente da Assembleia de Freguesia: colocou a votação a recomendação apresentada pelo PSD.

Colocada a votação a recomendação sobre a reabilitação do Bairro Rainha D. Leonor

Contra – 5 (2 PS, 3 RM); Abstenções - 7 (5 RM, 2 PS); Favor - 7 (4 PSD, 2 CDU, 1 BE)

Presidente da Assembleia de Freguesia: para comunicar que o 1º secretário deseja fazer uma declaração de voto.

Marco Leitão, 1º Secretário da Mesa: referir que o meu voto contra foi nesse sentido, sem prejuízo do respeito que tenho pela Dra Gabriela Queiroz e pela consideração que tenho pela respectiva proposta, mas como disse a Dra Manuela Amorim, é uma situação que perdura a muito tempo e esse bairro precisava de obras, tendo o actual Executivo da Câmara apresentado um projecto, sendo que houve várias providências cautelares que atrasaram a execução desse mesmo processo. O processo inicial já acabou e estou convencido que esse processo vai para a frente, é um projecto que irá servir os moradores desse mesmo bairro.

Presidente da Junta, Sofia Maia: para referir que tanto o membro António Cardoso e Marco Lacomblez, disseram que o processo judicial que já estava resolvido. A informação que eu tive antes de vir para esta Assembleia, por parte da Câmara não era essa informação. Tenho a informação que já houve dois processos que já estão em concluídos, mas há um terceiro processo que ainda estão a espera. Esta foi a informação que tive da Câmara e só ressaltar esta situação.

Presidente da Assembleia de Freguesia: para informar que o membro Miguel Porto Carrero entrou agora na sala e usou do voto nesta votação, por causa das presenças.

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia (14 de junho de 2016);

Vasques de Carvalho, RM: em relação a votação da ata vou sair da sala, porque a ata não foi distribuída com os documentos desta Assembleia, o que é obrigatório e não sei qual é a versão final da ata.

Perfeito Monteiro, CDU: relativamente as atas, fomos até esta altura vencidos pelo cansaço. Tanta alteração foi feita, tantos pedidos foram feitos para rectificação, julgo que chegamos a esta altura e estamos exactamente na mesma conforme estávamos, portanto não temos outra alternativa, Sr. Presidente, de votar contra esta ou outras atas.

Presidente da Assembleia de Freguesia: agradecia que os outros líderes informassem se receberam a ata, enviada em junho, se receberam com toda a documentação, face as afirmações feitas pelo Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, se foi ou não recebida.

Casimiro Calisto, CDU: em relação ata foi distribuída em junho, assim como o áudio. A nossa oposição é em relação ao procedimento, achamos bem a criação da minuta da ata que é aprovada logo. Relativamente a ata e havendo três meses entre sessões, achamos por bem que houvesse uma transcrição do que se passou, porque se formos confrontar com aquilo que cada um disse, com o que é passado, achamos que fica diminuída as nossas intervenções e enquanto não for reposta esta situação vamos votar sempre contra. Aprovamos as minutas para que a Assembleia tenha validade, mas em relação as atas temos esta questão de princípio.

Presidente da Assembleia de Freguesia: a pergunta que eu coloquei relativamente as palavras do Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, era se não tinha recebido a documentação.

A Assembleia por sugestão do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia, foi interrompida por cinco minutos a fim de ser analisada a situação da ata da sessão de Junho.

Retomada a sessão:

Presidente da Assembleia de Freguesia: para confirmar que o Sr. Eduardo Vasques de Carvalho não recebeu esta ata enviada a catorze de junho e até hoje não houve nenhuma alteração. Por lapso não segui para o Sr. Eduardo Vasques de Carvalho, que não esteve presente nessa Assembleia, mas deixo ao critério desta Assembleia se deixo votar esta ata agora, ou passaremos para o ponto seguinte. Se for para votar irei ler a ata de princípio ao fim, ou passamos para a sessão seguinte. Vamos passar este ponto para a sessão seguinte.

Ponto 2 - Apreciação e votação da proposta de alienação, em hasta pública, do imóvel sito à Rua Ciríaco Cardoso, nº 5, inscrito sob o artigo 1367 da União das freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, anteriormente sob o nº 1283 da freguesia de Lordelo do Ouro (extinta);

Presidente da Assembleia de Freguesia: a pedido do Executivo vai ser retirado este ponto dois da ordem de trabalhos, isto deve-se não ao conteúdo da proposta, mas sim pelas gralhas que existiam no processo de avaliação e resolveu o executivo para que não restassem dúvidas neste ponto, seria retirado. Agradeço ao Sr. António Cardoso as correcções e chamadas de atenção que fez na reunião de líderes, sobre este assunto o qual transmiti ao Executivo.

Casimiro Calisto, CDU: em relação a este ponto foi uma proposta descuidada, mas hoje recebemos a corrigida. O que acho é que temos de pensar o porque de se apresentar a uma Assembleia, uma venda de património e qual o seu pretexto.

Gabriela Queiroz, PSD: ou o ponto é retirado e não há mais ordem de trabalhos, ou o ponto não é retirado e vamos discuti-lo. Se há discussão do ponto, falamos todos do ponto, se ele é retirado não tenho ordem de trabalhos para me pronunciar sobre ele.

Presidente da Assembleia de Freguesia: passar ao ponto três da ordem de trabalhos.

Ponto 3 – Boletim Informativo de julho, agosto e Setembro de 2016

Vogal da Junta, Mimosa Pinho: para apresentar o boletim informativo.

Sofia Maia, Presidente da Junta: venho informar que perante a Lei do Orçamento de Estado para 2016, o executivo decidiu atribuir funções em regime de tempo inteiro ao membro do executivo, actual Tesoureiro, Carlos Velez.

Casimiro Calisto, CDU: em relação a interpelação da Sra Presidente da Junta, não estava a espera desta forma intempestiva como...

Presidente da Assembleia de Freguesia: o Sr. tem razão e o erro foi meu e por isso agradecia que voltássemos ao ponto três, que já está em discussão.

Casimiro Calisto, CDU: eu tenho a liberdade de me pronunciar neste ponto três sobre a actividade da Junta. Em relação ao que foi dito pela Sra Presidente da Junta, gostava de saber se está em pensamento fazer-se alguma revisão orçamental, porque a Lei diz isso, mas esse valor que se vai pagar do tempo inteiro do Sr. Tesoureiro, vai sair do nosso orçamento. O valor em causa até ao final do ano rondará os dezasseis mil euros. Já que estamos numa de esclarecimentos gostaria de saber qual o valor que vai ser pago ao Sr. Tesoureiro. Outra questão e já que estamos a falar da actividade da Junta, nós assinamos um protocolo com a Adilo para o centro de Massarelos, para o Centro Social da Arrábida, para a Creche e no protocolo dizia que haveria uma informação no caso dos centros de dia, uma informação trimestral, do apuramento dos valores relativos a gestão do equipamento. Pergunto, se houve valores despendidos pela Junta nesse período, desde Janeiro.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta: por estar aqui em causa o meu exercício de funções, não vou exercer qualquer juízo de facto, deixando para os presentes. Enquanto Tesoureiro quero esclarecer as duas questões financeiras que foram colocadas. O saldo solicitado aos serviços contabilísticos é de um valor que se aproxima dos dez mil euros e em relação as rectificações, revisões, não é necessário uma revisão orçamental, porque a rubrica já existe, sendo só necessário uma alteração orçamental e posso dizer que existe disponibilidades em rubricas em que estava previsto o que não será necessário ser gasto.

José Reis, BE: em relação ao boletim informativo há uma melhoria significativa, acolhendo algumas sugestões que aqui foram feitas. Quanto a questão do Tesoureiro, passar a exercer funções, fico com algumas interrogações se numa Junta de Freguesia os membros do executivo devem ser profissionalizados. Não tenho a certeza se de facto se justifica a profissionalização da acção política a nível da freguesia. Se a Junta precisa de mais algum que desenvolva tarefas, então alimentasse o quadro de pessoal e não através da personalização dos eleitos. Por uma questão de princípio não sou favorável a esta questão.

Manuel Carvalho, PS: em relação ao boletim informativo achamos que tem melhorado e acho que todos nós devíamos participar mais nas actividades da Junta, para os quais somos convidados. Em relação a questão do Dr. Carlos Velez, é uma boa notícia, embora não seja votada é uma informação a Assembleia de Freguesia e penso que só perde por ser tardia, pois o Dr. Velez é um homem incansável. Uma Junta como está, que representa muita coisa com muitos eleitores das duas freguesias, justifica-se plenamente e a Junta pode suportar isso, que tenha um membro do executivo e não

um funcionário que não é a mesma coisa, a gerir a tempo inteiro os destinos desta União de Freguesias. Da minha parte e da parte do Partido Socialista, estamos claramente de acordo que o executivo faça esta proposta.

António Cardoso, RM: o Eng. Casimiro Calisto mencionou na necessidade de se fazer um orçamento rectificativo, pois não podemos estar a alocar uma verba que estava destinada a ajudar pobres, instituições, sociais ou desportivas e pegar nesse dinheiro e transferi-lo e portanto tem de ser validado pela Assembleia. Sem orçamento rectificativo dá-se liberdade ao executivo de fazer o que lhe apetecer. Pergunto ao executivo, quando entrou em funções o tesoureiro a tempo inteiro.

Cláudia Costa, RM: responder ao membro do Bloco de Esquerda, porque uma coisa é o que vimos aqui fazer na assembleia, que nos dá trabalho, obriga a estudar mas esporadicamente. No que diz respeito ao Dr. Carlos Velez, todos sem exceção, podemos dizer que o Dr. Carlos Velez faz um trabalho que não é de voluntariado, nem um simples dever cívico. Mas o Dr. Carlos Velez leva este trabalho de voluntariado e de dever cívico, um bocado mais do que aquilo que nós levamos. Congratulo-me por o Dr. Carlos Velez estar aqui e a tempo inteiro e os fregueses só irão ganhar com isto.

Casimiro Calisto, CDU: em relação ao que nos motiva andar por aqui, cada um tem às suas motivações e o seu espírito de sacrifício. Tabela do 4º trimestre de 2016 em que diz que o tempo inteiro, renumeração mensal e subsídios - 1907.52. O Dr. Carlos Velez deixa o seu emprego e vem para a Junta a tempo inteiro, exclusivamente ao serviço da Junta, o valor fica dezasseis mil euros nos meses que falta. Gostaria de saber o que é tempo inteiro e o que é exclusividade.

José Reis, BE: para esclarecer que eu não falei no Dr. Carlos Velez, mas sim numa questão de princípios. Não coloquei em causa a competência, a dedicação que o Dr. Carlos Velez dedicada a Junta. Por uma questão de princípio não me agrada a profissionalização dos eleitos. Do ponto de vista da estabilidade das instituições democráticas que vão para além dos executivos que as gerem, em mandatos de quatro anos, a estrutura da Junta tem de ser profissionalizada para que consiga assegurar todo o trabalho que é necessário fazer. Compete ao Executivo uma função de organização e supervisão.

Carlos Velez, Tesoureiro da Junta: mais uma vez não vou discutir juízos de valor da minha parte. Queria esclarecer uma questão em relação às contas e efectivamente a decisão já foi tomada a algum tempo e realmente a Lei diz que não tem de vir a Assembleia para passar a exercer e a minha tomada de posse ainda não se realizou, achamos que era de bom tom e conforme a opinião emanada pela Anafre e embora não venha aqui para apreciação, deve vir a Assembleia para fiscalização e cumprir-se os dois requisitos legais na Lei, que é o número de eleitores e o vencimento suportado pela Junta não pode ultrapassar os 12% da receita anual. Ainda não tomei posse e não houve vencimentos pagos até esta data e por isso a diferença dos cálculos efectuados, relativamente a data da decisão, serem diferentes dos cálculos. Tomarei posse amanhã e os cálculos foram feitos com base nessa informação.

Gabriela Queiroz, PSD: gostaria de fazer algumas considerações sobre esta questão, uma vez que a Junta apresenta autonomamente esta questão a Assembleia. Como primeira consideração, isto é uma decisão do executivo, uma opção política e portanto nesse contexto é que ela tem de ser analisada e avaliada. Para fazer essa avaliação, tem este momento e o momento do final do mandato deste executivo, precisava de

alguma informação que não me foi dita, qual é de facto a justificação para isto acontecer. Há mais trabalho? Quem fazia esse trabalho agora não consegue? Vai ser feito algum trabalho novo, algum ramo de actividade que de repente obriga a essa mais atenção? Não está aqui em causa a competência do Tesoureiro, que acho que todos somos unânimes em perceber o trabalho que foi feito até aqui. O pior que havia para fazer do ponto de vista do trabalho do tesoureiro, reorganização das contas das duas freguesias, pagamento das despesas, está feito. Sem prejuízo da mais valia, do mérito, é nesta altura que parece que não faz tão sentido que isto aconteça. Percebia melhor isto, logo de início. É uma opção do executivo e dizer que a verba não vem de rubricas essenciais, se não vem de verbas essenciais, significa de que do sítio de onde ela vem, isso podia ser afeto a mais trabalho social, colectividades, etc. Não está aqui em causa o mérito da pessoa, está o perceber donde vem esta necessidade e para que serve. Visto o que foi feito para trás, isto é uma oportunidade. É uma opção vossa e esta oportunidade, vamos ver o que ela vai gerir e iremos estar atentos.

Casimiro Calisto, CDU: Sendo assim as minhas contas estavam certas, os meses foram contadas de outra maneira. Em relação a nova tarefa do Dr. Carlos Velez, a CDU deseja sucesso a quem trabalha em funções públicas, mas as pessoas alarmara-se com o valor de dezasseis mil euros para este ano, mas para dois mil e dezassete são trinta e dois mil euros e é o mesmo valor que se gasta com o Fundo de Emergência, Esta União ainda tem muita dívida para pagar e como disse a Dra Gabriela, não se compreende o timing e esperamos que haja uma explicação bastante razoável, mas é uma opção política.

Sofia Maia, Presidente da Junta: em relação a questão da Adilo, sabe que houve uma alteração no Governo e quando estávamos a tratar disto estava lá outro Governo com outra cor partidária, ou seja, quanto a Creche nós continuamos a receber verba da Segurança Social, por isso não há nenhuma despesa da Junta ou transferência para a Adilo. Quanto a Creche já está solucionado, pois ela encerrou e não recebemos da Segurança Social. Em relação só Centro de Convívio e ao Centro de Dia, está um pedido feito a já alguns meses para ter a aprovação da Secretária de Estado, que ainda não o fez e portanto sem essa aprovação não podemos fazer a passagem dos equipamentos para a Adilo. Ou seja, neste momento está nas mãos da Secretária de Estado e não nas mãos da Junta ou da Adilo. Em relação a situação do tempo inteiro, quem esteve aqui nos primeiros meses, foi duro e desde o primeiro dia era necessário mais uma ou duas pessoas, conforme este atual Governo aprovou mais dois vogais que podem ir a tempo inteiro e nessa altura até poderia não ser o Dr. Carlos Velez e foi muito penoso fazer uma junção de freguesias. Na altura não havia enquadramento legal, só o houve agora em março deste ano, a possibilidade de ter mais de que uma pessoa a tempo inteiro. Em relação ao que irá ser feito, vamos fazer muitas mais coisas e quanto a dívida ela não é de trezentos mil euros, mas neste momento ela ronda mais ou menos os cem mil euros.

Casimiro Calisto, CDU: posso congratular-me com este último número, porque tenho aqui as contas feitas do orçamento de dois mil e dezasseis, do relatório de dois mil e quinze e da informação da assembleia de vinte de abril, ainda ficaria por pagar duzentos e dezassete mil. Era de bom tom no boletim trimestral, todos nós vamos ser afectados por os parcómetros e quer a Assembleia Municipal e quer a Câmara aprovaram uma indicação para que as juntas fossem ouvidas ou informadas do que se passa em relação a expansão dos parcómetros. Já que não vem no boletim trimestral, gostaria de saber se a Junta foi consultada.

António Cardoso, RM: em relação ao orçamento rectificativo, a lei é clara, é uma alteração diferente, deveria mencionar o acréscimo face ao orçamento inicial. A Lei não obriga, até podia ser incorporada o novo vogal, a lei não obriga a que seja aprovado. As modificações das verbas de um determinado item para outro, obriga a um orçamento rectificativo. Se quiserem continuar e tem alguns outros casos anteriores a terem um autismo, como foi o caso da eleição da mesa que disse que era um procedimento ilegal e depois retirei-me porque a Presidente mandou-me calar. Se querem continuar a serem autistas, a Lei é clara, temos de fazer um orçamento rectificativo, agora é evidente, como disse a Dra Gabriela, no fim do mandato nós vamos ser julgados pelos eleitores pelas decisões que tomamos aqui. Alguns elementos do executivo vieram em anteriores sessões dizer que estão a fazer esforços muitos grandes para pagamento das dívidas, que não podem fazer uma acção social mais forte aonde é preciso. Nós políticos devemos tentar encontrar as soluções que melhor servem os fregueses e portanto tenho duvidas que um orçamento der um milhão de euros, necessite de um tesoureiro a tempo inteiro, mas também é comum saber que nesta Junta os vogais exercem outros cargos, mas um milhão de euros não justifica só por si, porque temos uma técnica de contas e essa sim é que tem de estar a trabalhar a tempo inteiro.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: a passou a ler a minuta da ata. Foi contemplado nos votos a sua presença, só anunciei que tinha dado entrada no início, mas falta aqui um elemento que teve falta hoje. Agradeceu a todos a presença nesta sessão.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mário José Pedro da Silva e Almeida R. G.

António Cardoso

[Signature]